



Forest Stewardship Council®



**Relatório da segunda Consulta Pública sobre o novo  
Padrão Nacional FSC® para Avaliação do Manejo de  
Florestas Nativas no Brasil**

Dezembro de 2019



## Introdução

Os padrões de manejo florestal do FSC vigentes no Brasil (conhecidos como Padrão Harmonizado, Padrão SLIMF e Padrão Terra Firme) especificam os requisitos que devem ser cumpridos pelas organizações que desejam certificar suas áreas de manejo florestal.

No segundo semestre de 2015 iniciou-se no Brasil o processo de revisão desses padrões, de acordo com o fluxo de revisão do FSC Internacional, tendo a aprovação dos novos Princípios e Critérios do FSC (versão 5) em 2012, seguido da aprovação dos Indicadores Genéricos Internacionais em junho 2015.

Durante esse processo de revisão de Padrões Nacionais, o FSC Brasil conduziu no período de 15 de maio até 15 de julho de 2016 uma primeira rodada de consulta pública sobre a versão 1 do **Padrão de Manejo de Florestas Nativas**, elaborada pelo Comitê de Desenvolvimento de Padrões (CDP).

Após revisão dos comentários pelo CDP e elaboração da versão 2 do Padrão, foram realizados dois testes de sua aplicabilidade em campo, considerando uma unidade de manejo empresarial e outra de manejo comunitário. Tendo como base os comentários advindos dos testes de campo, foi elaborada a versão 3 e publicada para um novo período de consulta pública de 05 de setembro a 04 de novembro de 2018.

Todos os comentários recebidos nesta segunda consulta pública foram analisados pelo CDP e incorporados quando considerados como aplicáveis e pertinentes. Em anexo está uma planilha com todos os comentários recebidos durante a consulta pública e a análise realizada pelo CDP. Como resultado desse processo, a versão 4 do padrão foi finalizada.

Visando acessar o maior número possível de partes interessadas e afetadas, a rodada de consulta pública contou com 60 dias para consulta online através de plataforma interativa, desenvolvida especialmente para este processo, divulgada no site do FSC Brasil.

Esse relatório contém fatos e números sobre as contribuições recebidas durante esse período, e comentários sobre o processo.



## 1. Análise dos resultados da segunda Consulta Pública

Durante o período de 60 dias foi disponibilizada, gratuitamente, uma plataforma online para coletar comentários acerca do novo padrão. A plataforma desenvolvida especificamente para este processo ficou disponível para acesso do dia 05 de setembro até 04 de novembro de 2018, com formulários separados para o Padrão de Florestas Nativas e Padrão de Plantações Florestais.

Nesta plataforma também foi possível coletar informações acerca dos respondentes, para ter uma dimensão das principais câmaras, organizações e interesses das partes.

## 2. Número de respondentes

Durante a consulta pública, 28 partes interessadas participaram submetendo comentários para o Padrão de Nativas.

A Tabela 1 abaixo mostra os números de respondentes online, separados por área de interesse.

Fonte / Câmara ou área de atuação	Econômica/ empresa certificada	Ambiental	Social	Não informado	Academia / consultorias	Total
Pesquisa online	13	2	2	1	10	28
% participação	46%	7%	7%	4%	36%	100%

## 3. Resultados

Os resultados dos comentários recebidos nesse processo foram sistematizados pela consultora que está apoiando o FSC nessa revisão dos padrões, e endereçada ao Comitê de Desenvolvimento de Padrões.

Os resultados não serão publicados na íntegra, mas sim sua sistematização por grandes temas.

### 3.1 Análise geral

Foram recebidos 1.511 comentários, divididos em:

- Concordo: 1.048
- Quero excluir: 106
- Quero modificar: 357

O processo de análise dos comentários pelo Comitê de Desenvolvimento de Padrões contemplou os comentários **excluir** e **modificar**, que totalizaram **463** comentários, divididos nos 10 princípios conforme apresentado na Tabela 2 abaixo.



Tabela 2. Número de comentários analisados pelo CDP, para cada princípio do padrão.

	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10	Anexo/tabela	TOTAL
Quero excluir	12	13	07	30	9	14	5	1	4	11	0	106
Quero modificar	38	32	31	71	21	35	35	30	34	26	4	357
TOTAL	50	45	38	101	30	49	40	31	38	37	4	463

Entretanto, dois respondentes duplicaram a maior parte de seus comentários, reduzindo o número acima, conforme detalhado a seguir.

### 3.2 Análise por Princípio

#### Princípio 1

Dos 50 comentários recebidos (exclusão/modificação), 44 foram de duas pessoas que duplicaram seus comentários, ou seja, na verdade foram 22 comentários (16 modificações e 06 exclusões) e os 06 restantes (06 modificações).

O CDP analisou 28 comentários, sendo 22 para modificação e 06 para exclusão.

Temas centrais dos comentários: a grande maioria dos comentários são para ajustes visando melhorar a clareza do texto; mapeamento e comprovação da área; limites da unidade de manejo (existência de mapas ou documentos); controle de atividades ilegais; resolução de disputas e engajamento; corrupção.

#### Princípio 2

Dos 45 comentários recebidos (exclusão/modificação), 16 foram de duas pessoas que duplicaram seus comentários, ou seja, na verdade foram 08 comentários (06 modificações e 02 exclusões) e os 29 restantes (20 modificações e 09 exclusões).

O CDP analisou 37 comentários, sendo 26 para modificação e 11 para exclusão.

Temas centrais dos comentários: ajustes para clareza do texto; questões trabalhistas, equidade de gênero, assistência do trabalho, treinamento, engajamento interno, mecanismos de reclamação e compensação por perdas.

#### Princípio 3

Dos 38 comentários recebidos (exclusão/modificação), 28 foram de duas pessoas que duplicaram seus comentários, ou seja, na verdade foram 14 comentários (12 modificações e 02 exclusões) e os 10 restantes (08 modificações e 02 exclusões).

O CDP analisou 24 comentários, sendo 20 para modificação e 04 para exclusão.

Temas centrais dos comentários: glossário, direitos consuetudinários, engajamento culturalmente



apropriado, acordos vinculativos, clareza textual.

#### Princípio 4

Dos 101 comentários recebidos (exclusão/modificação), 82 foram de duas pessoas que duplicaram seus comentários, ou seja, na verdade foram 41 comentários (27 modificações e 14 exclusões) e os 19 restantes (17 modificações e 02 exclusões).

O CDP analisou 60 comentários, sendo 44 para modificação e 16 para exclusão.

Temas centrais dos comentários: comunidades e partes afetadas identificadas dentro da Unidade de Manejo e o processo de engajamento dessas comunidades; direito consuetudinário, direito de posse e direito legal; limite de escopo dos direitos; acordos entre empresa e comunidades (formalização dos acordos e responsabilidades entre as partes); manejo comunitário; comunidades afetadas; mitigação de impactos; violação de direitos; consentimento livre, prévio e informado; empregabilidade local (oportunidade de emprego, treinamento e serviços para as comunidades locais); oportunidade para o desenvolvimento social das comunidades através de engajamento; mecanismo de reclamação através de engajamento; resolução de conflitos; compensação justa; disputa de magnitude substancial; proteção de locais de importância cultural e sítios especiais para comunidades.

#### Princípio 5

Dos 30 comentários recebidos (exclusão/modificação), 22 foram de duas pessoas que duplicaram seus comentários, ou seja, na verdade foram 11 comentários (07 modificações e 04 exclusões) e os 08 restantes (07 modificações e 01 exclusão).

O CDP analisou 19 comentários, sendo 14 para modificação e 05 para exclusão.

Temas centrais dos comentários: ajuste de texto; diversificação de produtos e espécies em função da viabilidade econômica (conceito de tentativa razoável); uso da declaração de serviços ecossistêmicos; PFNM pelas comunidades; externalidades ambientais e custos previstos no manejo; uso de bens e serviços locais; captação de recursos para o manejo.

#### Princípio 6

Dos 49 comentários recebidos (exclusão/modificação), 34 foram de duas pessoas que duplicaram seus comentários, ou seja, na verdade foram 17 comentários (11 modificações e 06 exclusões) e os 15 restantes (13 modificações e 02 exclusões).

O CDP analisou 32 comentários, sendo 24 para modificação e 08 para exclusão.

Temas centrais dos comentários: ajuste textual; identificação e avaliação de valores ambientais; conversões desde 1994; medidas preventivas para proteger valores ambientais; revisões das medidas



preventivas aliado ao manejo adaptativo; impactos que não precisam de ações (a natureza se recupera – queda de uma árvore por exemplo); identificação de espécies raras, ameaçadas e em perigo dentro e fora da unidade; área amostral de 5%; rede de área de conservação (integração e conectividade); perda de diversidade biológica; controle de caça, pesca, captura e coleta; conversão de áreas para subsistência de comunidades.

#### Princípio 7

Dos 40 comentários recebidos (exclusão/modificação), 25 foram de duas pessoas que duplicaram seus comentários, ou seja, na verdade foram 13 comentários (10 modificações e 03 exclusões) e os 15 restantes (15 modificações).

O CDP analisou 28 comentários, sendo 25 para modificação e 03 para exclusão.

Temas centrais dos comentários: ajuste textual; limitação do público alvo para receber o resumo do plano de manejo; ajuste textual no P1 (itens do plano de manejo); revisão do plano de manejo a cada 5 anos (condizente com os processos de licenciamento); plano de manejo *versus* planejamento do manejo; não incluir resultados das auditorias FSC na revisão do plano de manejo; resumo do plano de manejo e questões confidenciais; engajamento no monitoramento e planejamento do manejo.

#### Princípio 8

Dos 31 comentários recebidos (exclusão/modificação), 20 foram de duas pessoas que duplicaram seus comentários, ou seja, na verdade foram 10 comentários (09 modificações e 01 exclusão) e os 11 restantes (11 modificações).

O CDP analisou de 21 comentários, sendo 20 para modificação e 01 para exclusão.

Temas centrais dos comentários: ajuste textual; divisão do indicador 8.1.1 e 8.2.1; retirada do anexo F e incorporação no texto do indicador; monitoramento a partir de manejo adaptativo; utilizar PDCA no monitoramento; resultados dos monitoramentos nos resumos (alguns são confidenciais); registros de monitoramento.

#### Princípio 9

Dos 38 comentários recebidos (exclusão/modificação), 32 foram de duas pessoas que duplicaram seus comentários, ou seja, na verdade são 16 comentários (14 modificações e 02 exclusões) e os 06 restantes (06 modificações).

O CDP analisou 22 comentários, sendo 20 para modificação e 02 para exclusão.

Temas centrais dos comentários: ajuste textual; IFL (dentro e fora da Unidade de Manejo); engajamento de detentores de direitos, partes afetadas e interessadas para identificação de AVC;



exclusão de especialista para PP; IFL e rede de área de conservação; princípio da precaução para prevenir e mitigar risco aos AVC; monitoramento e engajamento das partes; adaptação do manejo identificado pelo monitoramento dos AVCs.

#### Princípio 10

Dos 37 comentários recebidos (exclusão/modificação), 24 foram de duas pessoas que duplicaram seus comentários, ou seja, na verdade foram 12 comentários (07 modificações e 05 exclusões) e os 13 restantes (12 modificações e 01 exclusão).

O CDP analisou 25 comentários, sendo 19 para modificação e 06 para exclusão.

Temas centrais dos comentários: ajuste de texto; monitoramento para permitir avaliar a recuperação do crescimento da floresta e se necessário com ações de intervenção (natural ou artificial); revisão textual do 10.1.1; abranger mais impactos listados sobre os valores ambientais; derrubada de árvores ocadas; resíduos; plantio para recuperação *versus* realidade do Brasil; tratamentos silviculturais; pesticidas; risco de desastres naturais (ajuste textual).

#### **4. Próximos passos**

Finalizada a análise dos comentários recebidos durante a consulta pública e a elaboração da versão 4 do documento, este passará por diversas instâncias de aprovação até ser publicado.

Inicialmente o Conselho Diretor do FSC Brasil realizará uma análise de questões nacionais e ao ser aprovado, será enviado ao PSU - Performance and Standard Unit, unidade dentro do FSC Internacional responsável por este processo de transferência.

Após sanadas todas as questões levantadas pelo PSU, o documento passa pela avaliação do PSC – Policy and Standards Committee, comitê formado por membros do FSC Internacional.